

## DECISÃO ADMINISTRATIVA EM FACE DE RAZÕES RECURSAIS INTERPOSTAS

**Recorrente:** SELECT HOTEL LTDA;

**Recorrida:** SESC/TO; e

**Processo Licitatório:** PREGÃO PRESENCIAL: Nº 000001-26 – PG.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem, por meio de diárias/pernoites, em hotel situado no município de Palmas/TO, com a disponibilização de unidades habitacionais nas categorias Single, Duplo e Triplo, destinadas ao atendimento das demandas do Sesc/TO.

Trata-se de recurso interposto apresentada pela empresa SELECT HOTEL LTDA, inscrita no CNPJ/MF de n.º 07.772.626/001-65, tendo em vista a sua inabilitação no processo licitatório em epígrafe.

### I - DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

No que se refere à admissibilidade, verifica-se que o presente recurso administrativo atende aos pressupostos legais e editalícios exigidos, uma vez que foi interposto tempestivamente, por parte legítima e devidamente credenciada no certame, além de conter a exposição clara dos fatos e dos fundamentos que embasam a pretensão recursal.

Nos termos do item 13.1 do edital<sup>1</sup>, uma vez registrada a intenção de recorrer, a licitante deve apresentar suas razões recursais no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. No caso em análise, a empresa Recorrente apresentou suas razões no dia 28/04/2025, observando, portanto, os prazos e procedimentos estabelecidos.

Dessa forma, restam assegurados o contraditório e a ampla defesa, razão pela qual, estando presentes os requisitos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido, passando-se à análise de seu mérito.

### II – DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **SELECT HOTEL LTDA**, no âmbito do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado com o objetivo de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem, por meio de diárias/pernoites, em hotel situado no município de Palmas/TO, com a disponibilização de unidades habitacionais nas categorias Single, Duplo e Triplo, destinadas ao atendimento das demandas do Sesc/TO, conduzido por Comissão Permanente de Licitação.

Conforme consta dos autos, na sessão destinada à abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas licitantes, ocasião em que se verificou que a empresa recorrente não apresentou a integralidade dos documentos exigidos no instrumento

<sup>1</sup> 3.1 - Os interessados em participar desta licitação **deverão apresentar à comissão de licitação as documentações e proposta exigida para habilitação prévia e, em 02 (dois) envelopes distintos, a saber: a) Envelope lacrado, identificado com os dizeres “PREGÃO PRESENCIAL SESC Nº. 000001-26 - PG documentos de habilitação”, data e horário da reunião, nome do preponente por extenso e endereço; e b) Envelope lacrado, identificado com os dizeres “PREGÃO PRESENCIAL SESC Nº. 000001-26 - PG proposta comercial, data e horário da reunião, nome do preponente por extenso e endereço.**

convocatório, em desconformidade com as exigências editalícias, especialmente no que se refere ao item 3.1 do edital<sup>2</sup>.

Diante da ausência documental constatada, a Comissão Permanente de Licitação, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, deliberou pela inabilitação da empresa **SELECT HOTEL LTDA**, por não atender às condições de habilitação previamente estabelecidas.

Irresignada, a recorrente manifestou tempestivamente intenção de recurso, apresentando suas razões, nas quais sustenta, em síntese, *que a Comissão deveria ter promovido diligência com o objetivo de possibilitar a apresentação ou complementação dos documentos não apresentados no momento oportuno*.

Em atenção ao devido processo legal e ao contraditório, foi oportunizado prazo para apresentação de contrarrazões à licitante participante do certame, ocasião em que a empresa **KOCHE & DALLA COSTA LTDA** apresentou manifestação. Entretanto, em sua peça, a referida empresa limitou-se a reiterar pedido de cancelamento/anulação do certame, sem, contudo, adentrar especificamente nos argumentos suscitados pela empresa recorrente, deixando de apresentar contraposição direta aos fundamentos do recurso interposto.

Por fim, a recorrente requer a reforma da decisão que a inabilitou, com o consequente reconhecimento de sua habilitação no certame.

Pois bem. Vieram os autos conclusos a esta Diretoria Jurídica para análise e deliberação.

É o relatório.

### III - DA FUNDAMENTAÇÃO E RESPOSTA DESTA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

De início insta salientar que o Sesc é uma entidade de âmbito nacional que atua no fomento do desenvolvimento do País, nas áreas de lazer, educação, cultura e esporte, sempre pautada pela lisura e moralidade administrativa em suas ações, e de acordo com as premissas afetas à natureza jurídica privada dos serviços sociais autônomos, em especial seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, da isonomia, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, da celeridade e da objetividade da aplicação dos recursos, práticas de controle e de colaboração, bem como o alcance de suas finalidades institucionais.

Antes de adentrar no cerne da questão em exame, forçoso salientar que o Sesc/TO se caracteriza como Serviço Social Autônomo integrante do denominado Sistema “S”, instituído por lei, possuindo personalidade de direito privado e não têm fins lucrativos. É um ente paraestatal, no sentido de que atua ao lado do Estado, mediante o desempenho de atividades não lucrativas, não integrando a Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), nem tampouco a Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas).

Neste entendimento, as Decisões 907/97, de 11/12/1997 e 461/98, de 22/7/1998 do Plenário do Tribunal de Contas da União, consolidaram a interpretação de que os Serviços Sociais

Autônomos do qual o Sesc/TO é parte integrante, **não estavam sujeitos aos procedimentos da Lei nº 8.666/93 (e por analogia da referida decisão inframencionada, o Sistema “S” não está também sujeito a atual lei de licitações e contratos, qual seja, Lei de n.º 14.133/2021) e sim aos seus regulamentos próprios devidamente aprovados e publicados, *senão vejamos*:**

“1.1 – improcedente, tanto no que se refere à questão da “adoção” pelo SENAC/RS, da praça pública Daltro Filho, em Porto Alegre – RS, quanto no que tange aos processos licitatórios, visto que, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei 8.666/93, os serviços sociais autônomos não estão sujeitos à observância dos estritos procedimentos na referida lei, e sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados;” (TCU, Decisão 907/1997 – Plenário, Min. Rel. Lincoln Magalhães da Rocha).

Conforme preceitua o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social do Comércio – SESC em seu art. 2º, a licitação destina-se a seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, da isonomia, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, bem como o alcance de suas finalidades institucionais.

Pois bem.

Inicialmente, cumpre destacar que o recurso interposto deve ser conhecido, porquanto apresentado dentro do prazo recursal previsto no edital, atendendo, ademais, aos requisitos formais de admissibilidade.

Superada a análise preliminar, passa-se ao exame do mérito, o qual deve se limitar aos contornos das razões recursais apresentadas, bem como às disposições expressamente previstas no instrumento convocatório.

O procedimento licitatório foi conduzido em estrita observância às premissas que regem as contratações, notadamente os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e busca da proposta mais vantajosa.

Com efeito, o certame é regido, primordialmente, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual tanto o Sesc quanto os licitantes encontram-se estritamente adstritos às regras previamente estabelecidas no edital.

Nessa perspectiva, a análise da documentação de habilitação deve ocorrer de forma objetiva, com base exclusiva nos critérios previamente fixados, sendo vedada a adoção de exigências, interpretações ampliativas ou parâmetros não previstos originariamente no instrumento convocatório.

Eventual inovação ou flexibilização indevida das regras editalícias, após a abertura do certame, comprometeria não apenas a isonomia entre os licitantes, mas também a segurança jurídica e a própria legitimidade do procedimento.

Nesse sentido, leciona Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, que **o instrumento convocatório**:

“é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)”, junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório”.

No que se refere às alegações da recorrente quanto à ausência de realização de diligência por parte da Comissão Permanente de Licitação, cumpre esclarecer que tal argumento não merece prosperar.

No caso em análise, verifica-se que a documentação apontada pela recorrente sequer foi apresentada no momento processual adequado, razão pela qual não há que se falar em realização de diligência para suprir ausência documental, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia entre os licitantes e do julgamento objetivo.

A propósito, o entendimento do Tribunal de Contas da União é pacífico no sentido de que a realização de diligência não se presta à juntada posterior de documentos que deveriam constar da habilitação ou da proposta, sendo vedada sua utilização para suprir falhas que comprometam a isonomia entre os licitantes.

Nesse sentido, o TCU já se manifestou no sentido de que *“a diligência não pode ser utilizada como instrumento para permitir a inclusão tardia de documentos ou informações que deveriam ter sido apresentados no momento oportuno, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia”* (Acórdãos nº 1.795/2015-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário, entre outros).

Ademais, a Corte de Contas também possui entendimento consolidado de que somente são passíveis de saneamento falhas formais ou materiais que não alterem a substância da proposta ou da documentação apresentada, sendo inadmissível a correção de vícios que representem ausência de documentos essenciais ou descumprimento de exigências editalícias.

Ressalte-se, ainda, que a observância das regras editalícias, na hipótese em questão, não configura excesso de formalismo, mas sim medida necessária à garantia da igualdade de condições entre os licitantes e à preservação da segurança jurídica do certame.

Ademais, importa destacar a distinção entre erro formal, erro material e vícios não sanáveis no âmbito das licitações. O erro formal consiste em falhas de natureza estritamente documental, que não comprometem o conteúdo da informação apresentada, sendo passível de correção. O erro material refere-se a equívocos evidentes, como lapsos de digitação ou inexatidões aritméticas, igualmente sanáveis, desde que não impliquem alteração substancial da proposta ou da documentação.

Por outro lado, não são passíveis de saneamento os vícios que envolvem a ausência de documento essencial ou o descumprimento de exigência prevista no edital, uma vez que sua regularização posterior configuraria inovação indevida e afronta direta às regras do certame.

Ainda, pede-se vênia para demonstrar de forma clarividente e autoexplicativa os dizeres supramencionados, *senão vejamos*:

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	SANEAMENTO	EXEMPLO PRÁTICO
Erro formal	Falha de natureza meramente documental ou de forma	Não compromete o conteúdo ou a validade da informação apresentada	Possível	Ausência de rubrica, falha de formatação, documento sem paginação
Erro material	Equívoco evidente decorrente de lapso objetivo	Erro facilmente identificável, como digitação ou cálculo, sem impacto substancial	Possível	Erro de soma, digitação incorreta de valor, data equivocada evidente
Vício sanável	Irregularidade que pode ser corrigida sem prejuízo à isonomia	Não altera a essência da proposta ou da documentação; admite complementação ou esclarecimento	Possível	Esclarecimento de informação já constante, ajuste de dado acessório
Vício não sanável	Irregularidade que compromete exigência essencial do edital	Afeta a validade da habilitação ou proposta; configura descumprimento de exigência editalícia	Não Possível	Ausência de documento obrigatório de habilitação, não atendimento de requisito

Dessa forma, a situação verificada não se enquadra como erro formal ou material sanável, mas sim como ausência de documento indispensável à habilitação, o que impede sua regularização posterior.

#### IV – DECISÃO

Diante do exposto, **DECIDO por CONHECER o recurso interposto** pela empresa interessada e, no mérito:

**I. NEGAR-LHE PROVIMENTO**, pelas razões expostas na fundamentação;

**II. MANTER integralmente a decisão** anteriormente proferida pela Comissão Permanente de Licitação, por seus próprios fundamentos;

**III. RECONHECER** que a ausência de apresentação de documento essencial no momento oportuno configura vício não sanável, não sendo passível de regularização por meio de diligência;

**IV. AFASTAR** a alegação de excesso de formalismo, uma vez que a exigência editalícia observada visa assegurar a isonomia entre os licitantes e a segurança jurídica do certame;

**V. RATIFICAR** que a condução do procedimento observou os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da busca da proposta mais vantajosa.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado eletronicamente por:  
Valcy Barboza Ribeiro  
CPF: \*\*\*.956.871-\*\*  
Data: 06/05/2026 10:41:32 -03:00

**VALCY BARBOSA RIBEIRO**  
DIRETOR JURÍDICO - SESC/TO

Palmas/TO, 06 de maio de 2026.



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: XB9RJ-XGUDT-GM4ST-CU989

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Valcy Barboza Ribeiro (CPF \*\*\*.956.871-\*\*) em 06/05/2026 10:41 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
45.234.139.18	Lat: -10,166295      Long: -48,329331
	Precisão: 75 (metros)
Autenticação	valcy@ssecto.com.br
Email verificado	
de0CLDfZpCzgLG/tu0qgWI54JK6pGqHQugoyN/aeM/Q=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assina.ssecto.com.br/validate/XB9RJ-XGUDT-GM4ST-CU989>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assina.ssecto.com.br/validate>